

PARECER JURIDICO

Processo licitatório nº 255/2018

Tomada de preços nº 02/2018

Trata-se de licitação para contratação de empresa para execução de obra (Creche Municipal), que conforme ata houveram situações a serem analisadas, diante da suspensão da licitação.

A suspensão da licitação ocorreu para maior lisura e transparência dos atos.

Inicialmente, diante das manifestações das licitantes, passei a reanalisar o edital, de modo que percebi uma possível exigência ilegal referente ao item 4.12.5, *in verbis*:

“Prova de regularidade para com o Município sede do contratante.”

Devemos observar que o item 4.12.4 assim dispõe:

“Prova de regularidade para com o Município sede do licitante (mobiliário e imobiliário quando expedido em separado).”

Diante do que dispõe o item 4.12.4 do edital, entendo que o item 4.12.5 exige a prova da regularidade fiscal perante o Município de Córrego do Bom Jesus, isto porque ele é o contratante, bem como, se assim não fosse a interpretação haveria dupla previsão de regularidade fiscal do licitante em sua sede.

Entretanto, nos termos da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), assim prevê:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

(...)

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; (grifei)

Percebe-se que a lei em comento exige tão somente a prova da regularidade fiscal do domicílio ou sede do licitante, ou seja, da sede da empresa.

Deste modo, a exigência do item 4.12.5 é ilegal, devendo o edital ser retificado e novamente publicado.

De outra volta, vamos aos argumentos ofertados pela empresas participantes:

1) Diante da vigência do edital, podemos perceber que, de fato, a empresa “Base Forte Engenharia Ltda.” não cumpriu a exigência do item 4.12.5, que apesar de ilegal, estava em vigência.

2) Não há que se falar que a empresa “Construtora e Incorporadora Mosaico Eireli” descumpriu o item 4.7 do edital, eis que a Certidão Negativa Estadual possui validade até 10 de janeiro de 2019.

3) Não há que se falar que a empresa “Construtora e Incorporadora Mosaico Eireli” e a empresa “Uarlei J. do Prado Eireli” descumpriram o item 4.13.5 do edital, eis que o item 4.13.3 diz que o responsável técnico para atendimento de referido item pode ser diferente daquele exigido no item 4.13.2.1.

4) Não há que se falar que a empresa “Construtora e Incorporadora Mosaico Eireli” descumpriu o item 4.12.10, eis que o alvará de localização e funcionamento possui prazo de um ano, bem como não havendo que descumprir o item 4.12.4 (não apresentação de certidão de débito imobiliário), eis que a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre não oferta CND’s distintas, englobando-se toda e eventual dívida numa só certidão.

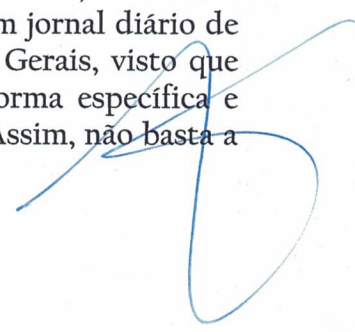
Por fim, de ofício devo informar que a empresa “Uarlei J. do Prado Eireli” possui domicílio ou sede na cidade de Cambuí, sendo que referida Prefeitura Municipal emitiu tão somente Certidão Negativa de Débitos Mobiliários, sendo que quanto a eventual débito imobiliário apenas forneceu certidão que a empresa não possui imóvel em seu nome, o que não é da competência desta, e sim do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, cabendo a municipalidade tão somente fornecer a CND.

Desta feita, empresa “Uarlei J. do Prado Eireli” descumpriu o item. 4.12.4 do edital.

Por fim, quanto a publicação do edital colaciono duas manifestações do TCEMG:

[Exigência de publicação municipal em Diário Oficial do Estado.] [...] o princípio da publicidade, como qualquer outro, deve ser harmonizado com a autonomia administrativa do Município, ambos os aspectos de natureza constitucional. Conforme Marçal Justen Filho, em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 6 ed., p. 180, ‘O inc. II do caput contém regra parcialmente inconstitucional, que impõe aos municípios o dever de divulgar concorrências e tomada de preços no Diário Oficial do Estado. Ora, cabe ao Município determinar o órgão de imprensa oficial, onde serão divulgados os seus atos administrativos e legislativos. O dispositivo viola a autonomia municipal: a lei federal poderia, quando muito, determinar a obrigatoriedade da publicidade por meio da imprensa oficial municipal’ [...]. [Processo Administrativo n. 654.996. Rel. Conselheiro Moura e Castro. Sessão do dia 23/05/2005]

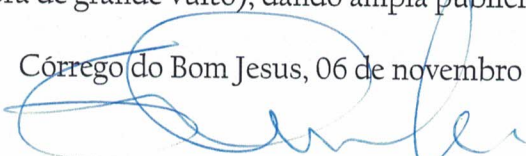
[Publicação do edital de tomada de preços em jornal de grande circulação.] No caso da tomada de preços, a Lei n. 8.666/93 é clara, em seu art. 21, III, no tocante à obrigatoriedade de [publicar o edital] [...] em jornal diário de grande circulação no Estado. Este jornal não pode ser o Minas Gerais, visto que outro inciso, o inciso II do art. 21, é claro ao prescrever de forma específica e destaca a obrigatoriedade de publicar o aviso no Diário Oficial. Assim, não basta a



publicação do aviso no órgão oficial. Impõe-se [também] a sua publicação em jornal diário de grande circulação no Estado. [...] Ressalte-se que ocorreu à licitação apenas uma única empresa [...]. Assim sendo, tendo em vista a inobservância do inciso III do art. 21 da Lei n. 8.666/93, irregularidade formal de natureza grave, por ferir o princípio da ampla competição e da publicidade, reduzindo o conhecimento de outros possíveis licitantes que poderiam acudir ao certame, voto pela irregularidade do procedimento licitatório. [Denúncia n. 687.372. Rel. Conselheiro José Ferraz. Sessão do dia 17/06/2004]

Isto posto, opino pela alteração/adequação do edital, com sua publicação nos termos do entendimento do TCEMG, em especial por se tratar de Tomada de Preços (obra de grande vulto), dando ampla publicidade à licitação.

Córrego do Bom Jesus, 06 de novembro de 2018.



CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO
OAB/MG Nº 88.410